

SÚMULA
**Seminário “Caminhos para o Brasil – Meio Ambiente e
Sustentabilidade”
São Paulo, 23/11/2016**

O Instituto Teotônio Vilela (ITV), após um debate realizado com as principais referências de mudança do clima do país, com a presença do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso; do presidente do PSDB, senador Aécio Neves; do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin; e do senador Aloysio Nunes, bem como de outros parlamentares, vem a público com as seguintes considerações:

(i) entende que a 21ª Conferência do Clima (COP 21), a se realizar em Paris, é um marco decisivo para o futuro do planeta e que dela deve surgir um acordo climático **vinculante**, de modo que seja possível se assegurar a estabilidade do sistema climático. Ressalta que as consequências das mudanças climáticas em cenários acima dos 2°C até o fim do século são trágicas, afetando toda a Humanidade e especialmente os mais pobres;

(ii) o ITV reafirma a necessidade do Brasil em continuar a assumir protagonismo nas negociações internacionais, a exemplo do que tem feito desde a realização da Conferência do Rio, em 1992. Esta liderança deve realizar todos os esforços para que o acordo seja vinculante e que as metas de redução da emissão de gases efeito estufa sejam mais ambiciosas do que aquelas apresentadas pelos países perante o secretariado da Convenção das Nações Unidas. Dentro dessa linha, reconhece o empenho na elaboração do *INDC – Intended Nationally Determined Contribution* - brasileiro e que, comparado aos principais emissores (China, Estados Unidos, Índia e Japão), a proposta brasileira é portadora de inegável avanço.

Entretanto, o ITV entende que, no que tange à conservação dos principais biomas nacionais, esta proposta poderá ser aperfeiçoada no sentido de reconhecer a necessidade de conservação da caatinga e do cerrado brasileiro e a restauração da Mata Atlântica, além de obviamente reduzir o desmatamento do bioma amazônico. A mesma ênfase dada ao controle do desmatamento da Amazônia deve ser aplicada aos outros biomas, notadamente o cerrado;

(iii) em relação ao novo Código Florestal, o ITV entende que o Governo Federal deve estabelecer as condições operacionais para que as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e as Reservas Legais (RLs) sejam restauradas nos termos da lei. Ressalta que a efetividade da nova legislação florestal é um dos pilares do INDC brasileiro;

(iv) enfatiza a necessidade de aprovação pelo Congresso Nacional de uma Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, que é um instrumento rigorosamente essencial para conservar a biodiversidade brasileira e combater o aquecimento global. É importante se assinalar que na Câmara dos Deputados tramitam muitos projetos de lei a esse respeito, cabendo afirmar que o PSDB se compromete a contribuir para a aprovação deste novo marco regulatório **nos próximos meses**;

(v) reafirma a necessidade de se ampliar os recursos e a capilaridade do Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), com o objetivo de que a agricultura brasileira esteja inserida o mais rápido possível numa estratégia de economia de baixo carbono. Para tanto, reafirma a necessidade de se ampliar a capacidade da Empresa Brasileira de

Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em investir em pesquisa e tecnologia que assegurem menor emissão de gases efeito estufa e maior resistência das principais culturas nacionais no que tange ao aumento da temperatura e mudança nos padrões de precipitação (chuvas);

(vi) para a implantação de uma economia de baixo carbono em âmbito global, deve-se assinalar a importância da precificação do carbono, através de instrumentos de mercado ou mesmo pela imposição de taxa. No plano nacional há necessidade de que a precificação do carbono seja debatida na agenda da reforma tributária, como item estratégico da agenda nacional;

(vii) para fazer frente aos grandes desafios da mudança do clima, destaca o papel de se estabelecer novos padrões de consumo, com a utilização de instrumentos econômicos e de mercado, tais como critérios de sustentabilidade na aplicação de tributos e ampliação de compras e licitações sustentáveis, no âmbito do setor público;

(viii) face à importância das emissões dos setores de transporte e energia, destaca a necessidade de ampliação das fontes renováveis. Considera as metas de energia renováveis propostas na INDC modestas e insatisfatórias diante do enorme potencial brasileiro, tendo em conta nosso know-how em biocombustíveis e as possibilidades em energia eólica e fotovoltaica. No âmbito das cidades, dado o aumento das emissões do setor de transporte, entende que a implantação de um novo modelo de mobilidade urbana é essencial, contrapondo-se à política do atual governo de estimular o transporte individual e o uso do combustível fóssil. Também assinala que é necessário o estabelecimento de uma Política de Construção Civil Sustentável e, sobretudo, de uma ação voltada para um futuro resiliente e sustentável das cidades;

(ix) em relação ao Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), previsto na Lei nº 12.187/2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), destaca a necessidade de se enfatizar o papel de adaptação nas políticas públicas. Isto se dá na prevenção de desastres naturais e no aumento da capacidade do país de enfrentar as suas vulnerabilidades climáticas, a exemplo da seca no Nordeste, crise hídrica no Sudeste e enchentes catastróficas em outras regiões do país. Este é um esforço que deve envolver o governo federal, em articulação com os governos estaduais e municipais. As políticas de combate e redução da pobreza devem estar associadas às estratégias de adaptação das populações pobres mais vulneráveis, uma vez que estas estão mais expostas aos riscos de desastres naturais. Simultaneamente, é preciso dar atenção especial aos impactos do aquecimento global na megabiodiversidade brasileira. Neste aspecto, a conservação e manutenção das Unidades de Conservação se tornam cruciais, bem como o reconhecimento do papel das terras indígenas;

(x) o trágico desastre de Mariana (MG) demonstra, inequivocamente, a incapacidade do poder público e de setores empresariais em prevenir potenciais desastres ambientais, sendo necessário promover uma revisão da legislação sobre a matéria e do licenciamento ambiental de instalações de alto risco, bem como a obrigatoriedade da adoção de tecnologias que evitem o armazenamento de rejeitos. Além de se solidarizar com a população atingida, especialmente com as famílias dos desaparecidos, o ITV irá se empenhar, junto com o PSDB, nas mudanças institucionais e legais necessárias, entre as quais a criação de seguro ambiental e o processo de restauração ecológica de todo Vale do Rio Doce;

(xi) levando em consideração os resultados da COP 21, o ITV entende que terá que ser reformulada a governança da mudança do clima no Brasil, com o propósito de se assegurar a participação efetiva do setor empresarial, da comunidade científica e da sociedade civil no monitoramento do INDC brasileiro;

(xii) por fim, o ITV continuará os seus esforços, através de:

a) criação de um núcleo de mudança do clima, com o objetivo de acompanhar as negociações internacionais e a implementação do INDC brasileiro;

b) apoio na construção de pilares de uma economia brasileira de baixo carbono;

c) na sua esfera, o estabelecimento de um programa de capacitação dos filiados do PSDB, especialmente em relação aos postulantes de cargos eletivos nas próximas eleições.

São Paulo, novembro de 2015.

José Aníbal